

DEPARTAMENTO DE LETRAS

RESENHA

A FORMAÇÃO DA LEITURA NO BRASIL

Leonardo Barros Medeiros (UCP)

Marisa Lajolo & Regina Zilberman. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

(<http://www.editoraatica.com.br>)

Trata-se de um livro que aborda a trajetória do surgimento do público leitor ilustrado com fragmentos dos clássicos da literatura brasileira e com livros historiográficos, reformulando a história do leitor no Brasil. A obra é focada em quatro capítulos que mostram como o leitor é representado nos clássicos, o mercado das letras no século XIX, o leitor na sala de aula e como as leitoras adquiriam sua autonomia.

A figura do leitor está associada ao desenvolvimento da sociedade burguesa. O livro começa explanando o surgimento do leitor, indicando a família burguesa como cultivadora da leitura. Com as revoluções europeias no século XVIII, as famílias reestruturaram o seu padrão, tornando-se uma instituição democrática. E é neste novo molde que se intensifica o gosto pela leitura. O saber ler era necessário à formação moral dos indivíduos, as leituras religiosas tornavam-se cada vez mais comuns nas famílias cristãs.

No Brasil, só por volta de 1840 é que começa a expandir-se a leitura, no Rio de Janeiro, como sede da monarquia, é que se obtêm espaços propícios para a difusão da prática fortalecendo os primeiros leitores brasileiros, de maneira que se desenvolve a criação literária e a sua circulação através de livrarias e bibliotecas.

Os escritores passam a ter, de modo geral, certo comprometimento com os seus leitores, dialogando com eles. Os recursos estilísticos evidenciam a preocupação do autor, que estabelece contato com o seu leitor. Outras formas de preparação dos primeiros leitores brasileiros foram: simular as reações do leitor nas obras; dar ao leitor

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

uma posição de superioridade; compartilhar um ambiente comum – tudo isso comprovando o comprometimento e a delicadeza do escritor.

Esse escritor paternal logo abre espaço para um escritor mais exigente em relação à aceitação do leitor com a obra criando o autor cúmplice que divide o mesmo espaço íntimo com o leitor. O leitor passa, então, a se identificar com os personagens, tornando-se testemunha privilegiada do autor.

No primeiro capítulo, o livro apresenta as diversas funções do leitor nas obras nacionais. As autoras fazem diversas vezes comparações das formas de tratamento que os autores dão aos seus leitores. O autor dá sempre passos e passagens, sempre compartilhado com o leitor.

Dois aspectos são essenciais no texto: o leitor e o narrador. A *Formação da Leitura no Brasil* aborda estas duas tangentes, ao analisar os diversos tipos de narradores. Ao relatar o livro, o “narrador” antecipa a recepção de seus leitores perante a obra. “Graciliano [por exemplo] cria um narrador para quem o leitor é a última porta aberta para a comunicação” (p. 56).

Fazendo uma clivagem, *A Formação da Leitura no Brasil*, conta detalhes dos bastidores da história do livro, sua passagem do processo artesanal para a industrialização e a sua popularização. Examina a história do livro desde a ideia na cabeça do escritor até como objeto na estante da livraria.

O escritor tende ao compromisso também com o livro, pois ele, o escritor, é altamente dicotomizado: o gênio que tem a ideia única na cabeça e o ser que precisa da renda gerada pelo comércio do livro, surgindo assim, de forma mais insensível, o compromisso do autor com o seu leitor.

No Brasil do século XIX não foi possível para a maioria de seus escritores viverem de literatura. O atraso deve-se ao analfabetismo de cerca de 70% dos brasileiros; ao alto preço dos livros, que eram importados, e principalmente pela falta de tipografias no Brasil. O escritor chegava até a vender suas obras de porta em porta à procura de interessados, tudo para baratear o custo de venda de suas publicações. Essa precariedade do mercado editorial brasileiro era, ao mesmo tempo, causa e consequência da infra-estrutura inconsistente.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

As autoras narram as dificuldades dos escritores para publicar suas obras, seus pedidos de auxílios para mecenas e de que forma alternavam o modo de ganhar seu pão cotidiano, ora trabalhando como jornalistas, ora sendo funcionários públicos.

Imprensa e literatura são formações discursivas diferentes, emanadas de lugares sociais igualmente distintos; mas ambas integram o mesmo sistema da escrita. Não se confundem, posto sejam intercomunicantes. E o fato de a imprensa, durante certos tempos e certos casos, financiar a literatura é, talvez, a manifestação mais visível desta intercomunicabilidade (p. 87).

No final do século XIX, para sanar a carência dos meios de divulgação do trabalho literário, surgem escritores e intelectuais no papel de editores. Conforme iam aparecendo os editores, surgia em paralelo o interesse dos autores pelos direitos de suas obras. Contratos foram redigidos pelos editores e autores, beneficiando ambos. As letras começam a ser remuneradas (muito mal, mas remuneradas), traduções e obras por encomenda aparecem com mais frequência.

Este movimento transformador na literatura culmina na formação da Academia Brasileira de Letras que como principal intenção reunir e canonizar escritores já consagrados.

Outra vertente é a publicação de livros didáticos. Destacando a formação das escolas no império de D. João VI e com isso a necessidade de livros didáticos, Lajolo e Zilbermam afirmam que o livro didático é o primo-pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável. Por outro lado, ele é o primo-rico das editoras. Não deixando de ser um formador de leitores, vinculado a todas as etapas da escolarização passando a ser o propulsor não só da ampliação e da formação do público leitor, mas da própria empresa editorial brasileira.

Percorrendo pelo papel da escola na formação dos seus leitores, critica o mau desenvolvimento que a escola dá para seus discen-tes, a forma de tratamento a que eles são sujeitados, como se dá o processo didático e a formação precária dos professores.

Mais à frente aponta que a solução para a ampliação da leitura e de bons leitores foi a criação da Real Biblioteca, em 1814, uma biblioteca carente de obras atuais, com um acervo enorme, repleto da literatura clássica, mas com pequenos visitantes. Com esse passo D João VI dá um pontapé inicial para o surgimento de outras bibliotecas.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As autoras exemplificam o papel do livro didático com citações retiradas da literatura, trechos estes que enfatizam a experiência dos autores ou dos personagens na escola, com a didática dos seus mestres, do contato com a leitura das obras clássicas e principalmente a experiência com os autores dos livros didáticos.

Os livros didáticos inicialmente importados de Portugal não tinham compromisso com a realidade brasileira; somente a literatura portuguesa figurava nestas obras. Tardou para que a literatura brasileira fosse inclusa nos didáticos. “Um dos efeitos previstos [dessa inserção] é integrar o indivíduo ao coletivo e à pátria, civilizando-o e tornando-o um cidadão útil à sociedade...” (p. 232).

De modo panorâmico, o livro em pauta permite ao leitor absorver o processo de formação das leitoras, buscando na literatura o modo como os autores ilustram as “mulheres que leem”. Observa, sociologicamente, o papel da mulher na sociedade do século XVIII e como se desenvolve a sua educação, pontuando o difícil acesso da mulher ao mundo dos livros. Contribuem para o enriquecimento da obra diversas citações, retiradas dos autores consagrados, apontando a mulher na sociedade e seu grau de instrução.

A mulher professora e formadora de leitores surge na sociedade como uma faceta da emancipação feminina. *A Formação da Leitura no Brasil* revela que a leitura é que dá à mulher a sua libertação.

Em síntese, *A Formação da Leitura no Brasil* analisa em profundidade a história do modo de produção, circulação e consumo da literatura brasileira. A obra é um palco de vários atores sociais: escritores, críticos, mecenas, editores, leitores, livreiros e professores. Permeia academias, universidades, ministérios e imprensa traçando o surgimento, fortalecimento e a transformação de práticas brasileiras de leitura.

Rastrear a história do leitor brasileiro é ingressar num processo que ainda não se completou. O trabalho de Lajolo e Zilberman tem cunho inovador, pois a literatura é também analisada sob a ótica das leis, dos contratos e dos regulamentos. Tendo como foco a prática de leitura, as autoras recorrem a diversos dados e documentos para determinar diversos pontos em que a literatura e a sociedade cruzam-se.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ENTREVISTA SOBRE A NOVA ORTOGRAFIA

Clarissa Josgrilberg Pereira (UNIGRAN)
entrevista José Pereira da Silva (UERJ)
pereira@filologia.org.br

– *Professor José Pereira, o que é a reforma ortográfica?*

– A reforma ortográfica que agora se implementa no Brasil, Clarissa, é resultado de um acordo internacional celebrado entre os oito países que usam o português como língua oficial. Trata-se de um acordo assinado há dezenove anos, em 1990, depois de vários anos de discussão, e tem como finalidade estabelecer uma ortografia única para essa comunidade.

– *Por que ela foi feita?*

– Sempre se procurou simplificar a ortografia da língua portuguesa, estabelecendo critérios seguros para isto, mesmo quando Portugal era o único país que a tinha como língua oficial. Muitas tentativas de reforma têm sido feitas, ora por indivíduos preocupados com o ensino/aprendizagem da língua escrita (Pero de Magalhães de Gandavo, Duarte Nunes de Lião, Luís Antônio Verney, Aniceto dos Gonçalves Viana etc.), ora por instituições como a Academia Brasileira de Letras, a Academia de Ciências de Lisboa e os governos do Brasil e de Portugal.

Esta reforma que agora se implementa tem raízes históricas no início do século XX, pois a sua base continua sendo a *Ortografia Nacional*, de Gonçalves Viana. Trata-se, portanto, de um debate mais que secular, um sonho muito antigo, que se tentou concretizar diversas vezes, tanto no Brasil quanto em Portugal.

Esta reforma ainda está sendo feita por nós, agora. No Brasil, sua implementação deverá ser concluída somente em 2012, e, em Portugal, só em 2018.